



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa

PPG-LET UFRGS

ISSN 1981-4526

<http://seer.ufrgs.br/nauliteraria>

Vol. 14 N. 01 2018

Literatura

Da conquista de reinos lendários ao naufrágio do olhar: considerações sobre a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto

Daniel Vecchio Alves

Resumo: Na imaginária alvorada de uma nova idade do conhecimento, outros relatos de espaços e gentes desconhecidas se intensificaram no Renascimento, além dos cronistas: são os autores da chamada literatura de viagens. Nessa literatura que se aperfeiçoa com os séculos de expansão ultramarina, fica evidente que o sentido da visão e sua capacidade nata de observar são cada vez mais determinantes para que elementos narrativos e técnicos sejam elaborados e representados. No geral, o discurso das descobertas se organizou em função de dar notícias do que se viu. Porém, veremos com a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto que nem sempre esse sentido comandou o ritmo da escrita e ditou o real, prolongando no espaço do relato de viagem as tensões geradas por um desconcerto de mundo, algo similar a um transtorno mental e discursivo. Levando em conta a celebração dos 400 anos da primeira edição do livro em 2014, e fazendo uma breve consideração sobre a sua trajetória crítica desde então, o presente estudo aborda a dimensão narrativa de seu autor e a fascinante atualidade de seus temas.

Palavras-Chave: Viagem; Olhar; Narrativa.

Abstract: In the imaginary dawn of a new age of knowledge, other interesting reporters of spaces and people of the unknown worlds intensify in the renaissance beyond the chroniclers: are the authors of so-called travel literature. In this literature, it is clear that the sense of sight is increasingly crucial for narrative and technical elements are developed and represented. In fact, the speech of the findings was organized to give news of what he saw. However, we will see with the *Pilgrimage* of Fernão Mendes that not always was the vision which commanded the writing place and dictated the real, extending in the space travel report the tensions generated by a certain confusion in the world and, above all, by a mental and a discursive disorder. Taking into account the celebration of the 400th anniversary of the first edition of this book in 2014, and with a brief consideration of its critical trend since then, this article studies the narrative dimension of its author and the fascinating relevance of its themes nowadays.

Key-words: Journey; View; Narrative.

E percorrendo estes devaneios dilatados minutos, neles compreendi que não equivalia a avistada de bordo à minha povoação de fantasia, porque a que lhe ia botando eu em cima em nada se comparava à que realmente existia, em consequência de jamais vislumbrarmos no que se nos depara a completa verdade para que propendemos, [...], deduziremos que não significará a imaginada senão um engano do olhar. (Mário Cláudio. *Peregrinação de Barnabé das Índias*, p. 208-209).

1 A literatura de viagens como literatura de visões

Hoje sabemos que o Renascimento é uma época de expressão cultural incerta, podendo ser compreendida de diversos modos, até mesmo em termos de cronologia. Basta lembrarmos do alargamento temporal que propõe Jean Delumeau (em *História do Medo no Ocidente*) ao notar a longa persistência da tradição escatológica nas sociedades europeias de então. Portanto, hemos de convir que o século XVI não é constituído apenas de rupturas com a tradição medieval, reduzido às retomadas filosóficas do passado clássico indo em direção à ascensão científica.

Nesse verdadeiro conjunto de (in)formações que representa o Renascimento, é visível a mescla da matéria medieval, muito divulgada na época através das imagens mitológicas dos relatos medievais de viagem escritos por Marco Pólo e Jean de Mandeville. O interesse popular pelas lendas antigas chocava-se com um gradativo empirismo de larga consistência descritiva, prática essa sedimentada pela observação atenta do viajante ibérico do século XVI.

Assim, localizada nos recantos dos relatos sistematizado por cálculos e descrições físicas, abriga-se uma densa matéria imaginária proveniente da tradição, ressaltando que o relato não é escrito somente ao sabor das peripécias das viagens. Ele surge em meio aos interesses dos técnicos de navegação, roteiristas e cosmógrafos. “Pode-se mesmo encontrar algumas pessoas que fazem de tudo um pouco: são ao mesmo tempo roteiristas, geógrafos, cosmógrafos e às vezes também historiadores e cronistas” (CARVALHO, 1980, p. 17).

Nessa consistente produção de relatos de viagem, podemos afirmar que nos primeiros anos de contato com o mundo oriental, há uma vertente que parece direcionar a atitude e o pensamento dos ocidentais ibéricos: nota-se um desejo constante de encontrar coisas familiares. Tal vertente fica evidente nos relatos que cobriram as primeiras viagens orientais de Vasco da Gama, por exemplo, viagens registradas pela *Relação* de Álvaro Velho e pela *Navegação* de Tomé Lopes. Com tais fontes, observamos que, apesar de terem permanecido vários meses em terras estranhas, as tripulações voltaram firmemente convencidas de que os habitantes não muçulmanos do Malabar eram cristãos.

Os elementares erros de observação explícitos em Álvaro Velho, ao confundir templos hindus com igrejas católicas, ou divindades indianas com imagens de santos cristãos, provam bem esse desejo que muitos navegadores tinham de encontrar traços familiares no interior das sociedades asiáticas, o qual surge como um surto diante do desespero de querer “encontrar o mesmo no seio do outro, para, por assim dizer, disporem de sistemas de referência minimamente sólidos na sua relação com o Oriente” (LOUREIRO, 1991, p. 168).

Isso ocorre, sobretudo, porque nos primeiros anos ou décadas de contato com o oriental, os observadores portugueses recorreram principalmente aos mecanismos analógicos para racionalizarem seus objetos e suas práticas desconhecidas: “Ao assimilar traços da realidade oriental ao mundo familiar da Europa, tentava-se metamorfosear a diferença em identidade; o desconhecido é sistematicamente apreendido através de um jogo de comparações que o transmutam em variantes do mundo do mesmo” (LOUREIRO, 1991, p. 168).

Ao viajante-relator dessa específica época, era suficiente a *alegorese* que dominara o relato medieval. A demanda do viajante do início dos tempos modernos chocava-se com o horizonte de expectativas que modelara o pensamento do viajante medieval. O testemunho dos olhos apontaria para a expectativa do fato a ser sucedido, sobreposição clara à visão medieval. Em suma, a visão era a prova testemunhal do relato, complementada, porém, pela obrigação de registrar a viagem como era comprometida pela própria interpretação religiosa do universo.

Por isso, na *Relação* de Álvaro Velho, imersa ainda no horizonte imaginário do medievo, há raras referências a fatos que hoje chamaríamos de “exóticos”, pois não há lugar nessa fonte para a especificidade do outro oriental. Os portugueses de finais do século XV e princípios do século XVI viram, sobretudo, aquilo que queriam ou esperavam ver: feras mitológicas, antigos reinos cristãos lendários e ilhas de ouro (PINTO, 1614).

No entanto, é evidente que, aos poucos, muitos desses aspectos étnicos da complexa sociedade oriental foram sendo explorados sem tanto embasamento nas analogias imaginárias da tradição. Na era afonsina, período do vice-reinado da Índia Portuguesa governado por Afonso de Albuquerque (1453-1515),

a estratégia de dominação imperial por ele imposta obriga os portugueses a tentar obter o máximo de informações sobre as sociedades e civilizações asiáticas: o conhecimento do outro civilizacional torna-se uma necessidade, pois dele depende um mais eficaz exercício do poder e uma mais lucrativa intervenção nas redes comerciais orientais. O próprio governador incentiva esta antropologia pragmática, que visa reunir notícias detalhadas sobre a história, a geografia, a língua, a etnologia das diferentes zonas com que os portugueses entram em contacto. A época albuquerqueana assiste, assim, ao nascimento das primeiras geografias sistemáticas e globais do Oriente – como o *Livro das Cousas do Oriente* de Duarte Barbosa e a *Suma Oriental* de Tomé Pires, ambas redigidas entre 1511 e 1516. (LOUREIRO, 1991, p. 176)

Mesmo com uma representação cada vez mais próxima desse outro, a atitude dominante dos relatos sobre as partes orientais é claramente eurocêntrica, os valores do oriental que surgem nos relatos de Vasco da Gama, por exemplo, são frequentemente confundidos ou inferiorizados pelo simples fato de serem diferentes. Essa inferiorização foi

traduzida pela própria épica de Camões. Sendo assim, podemos afirmar que houve, no contato inicial do português com o Oriente¹, uma atitude antropológica perdida “entre a completa intransigência às diferenças e a aceitação mitológica do real, variantes do diálogo civilizacional que coexistiram no confronto de Portugal com a Ásia” (LOUREIRO, 1991, p. 205). Emergem, nesse momento, as analogias e os juízos de valor que permaneceram nos relatos de viajantes, tradição essa que continuou traduzindo toda carga lendária que o ocidente acumulara durante séculos sobre as sociedades orientais.

Dos relatos produzidos do início ao fim do século XVI, fica evidente, por isso, que o reconhecimento de uma espécie de visão imaginária é determinante para compreender os elementos narrativos e técnicos convergidos no relato da época, o que resulta em certo sincretismo entre o empirismo nascente e os monstros homéricos que ainda continuavam a ter sua pertinência moral e política.

Na realidade, pode-se dizer que, no geral, o discurso das descobertas tentou se organizar em função de dar notícias do que era apreendido por esse olhar perturbador, tensão peculiarmente renascentista. Claro que, mesmo sob a interferência da imaginação, as viagens ultramarinas colaboraram para que houvesse alto grau de matematização do espaço e do tempo. Todavia, conforme afirma Eni Orlandi, o

ver, tornar visível, é sempre uma forma de apropriação. O que o olhar abarca é o que se torna ao alcance das mãos. O visível (o descoberto) é o preâmbulo do legível: conhecido, relatado, codificado. Primeiro passo para que se assente a sua posse. A submissão às letras começa e termina no olhar. (ORLANDI, 2008, p. 17)

Diante de tal embate, em que o conceito de descoberta deve ser reavaliado, o que nos interessa ressaltar é que, a partir de determinado momento, há relatos de viagem que se sensibilizam mais para o limite de percepção do olhar, passando a revelar um jogo de observações e ocultações que o constitui por essência. Trata-se da tendência de um relato que se volta contra sua própria base empírica, deixando claras as relações de poder (religião e estado-nação) que incitam as observações míticas e enaltecidas do espaço familiar do próprio viajante.

Segundo Joaquim Barradas de Carvalho, é possível encontrarmos na cultura portuguesa de meados do século XVI traços que nos levam a afirmar que “há, ainda que tímida, aquela ruptura epistemológica que foi a de Galileu no século XVII e que vem a

¹ Não queremos aqui indicar que, nos séculos subsequentes, os portugueses tenham estabelecido uma relação de igualdade e respeito para com os povos africanos e orientais que continuaram a colonizar, mas que esse período tenha sua peculiaridade nos modos e motivos de colonizar esses lugares então desconhecidos.

permitir logo depois, com Newton, a lei da inércia. [...]. E assim, parece-nos que devemos ater-nos a dois conceitos-chave: a matematização do real e a experiência [...].” (CARVALHO, 1980, p. 32).

Em meados do século XVI, D. João de Castro (1500-1548), considerado o mais importante viajante intelectual da história lusa, já anunciava essa instabilidade na materialização do real por meio das notícias do Oriente que eram sistematizadas e levadas a Portugal. Segundo Carvalho,

Com Duarte Pacheco Pereira temos ainda uma experiência empírica incipiente, a experiência do senso comum. Mas com D. João de Castro a base epistemológica torna-se o inteligível. É com D. João de Castro que vemos a correção da experiência empírica pela razão, pelo entendimento: <<Todo o engano, e imaginação, e vista, está em não acabar de entender, como as cousas pesadas caem a prumo. [...], e era cair nesta falsidade a vista dos olhos nos perdoe, dê-se por vencida, e confesse nesta parte sua cegueira, e é necessário aqui o sentido obedecer ao entendimento, e como cego deixar-se guiar por ele, porque certo está que e muitas cousas nos enganarão os sentidos, senão fossem guiados, examinados, pelo entendimento; julgando somente pelos sentidos todos julgaríamos que o Sol é pouco mais ou menos como uma roda de carro, e as estrelas como umas laranjas, e ficaríamos nisso mui enganados [...]>>. (CARVALHO, 1980, p. 37)

Segundo Carvalho, é com D. João de Castro que vemos a provocante distinção entre razão e experiência empírica, entre o entendimento e os dados provenientes dos sentidos, ou seja, ele reconhece a distinção entre experiência e conhecimento de mundo. No curioso trecho acima citado pelo navegante, retirado de um de seus famosos roteiros, a observação é confrontada pelo entendimento de mundo, denunciando os limites racionais dos dados colhidos pela observação.

A questão que colocamos nesse momento é se tal confronto não seria profícuo para pensarmos numa nova senda de relatos de viagem que, em meados do fim do século XVI, seguiram as orientações de D. João de Castro e que ainda não são conhecidos. Tal tendência de relatos realizaria narrativamente esse reposicionamento instável da observação registrada por um viajante, achando em tais limites empíricos os motivos religiosos, antropológicos e sobretudo proféticos que o constituem enquanto ser, revelando-se como parte

de um mundo em lenta transformação... Limites gradualmente alterados... A obra literária de viagem do início ao final do século XVI e início do século XVII é geralmente marcada por esta inovação e por este dinamismo, e por vezes parece já contagiada por alguns traços do gosto dominante pelo Barroco, estética da instabilidade e do problemático, do movimento e da metamorfose, onde sobressai a importância dada à imagem. (SEIXO, 1999, p. 145)

Maria Alzira Seixo, uma das principais estudiosas do tema em abordagem, parece perceber essa transformação da literatura de viagens, principalmente a partir do texto da *Peregrinação* (1614) de Fernão Mendes Pinto (1509?-1583), obra à qual nos ateremos neste

estudo.

Com Mendes Pinto, veremos que a experiência do viajante possibilitou que a observação, instrumento tão elementar em séculos de tradição filosófica e registros itinerantes, também fosse colocada no mesmo patamar de dúvida em que fora colocada a *alegorese* medieval. Na narrativa de Mendes Pinto, é cada vez mais crescente o interesse pela possibilidade vária de representação dos modos de sensação e apropriação da realidade do viajante, sendo a curiosidade e a vontade imediata de entender o desconhecido o motor desse reposicionamento cognitivo.

Assim, terminamos essa primeira parte, cujo objetivo foi nos sensibilizarmos para a expansão da grelha classificativa da literatura de viagens proposta por Barradas de Carvalho². Pretendemos aqui reconhecer um conjunto de textos que, paralelo ao exotismo crescente dos relatos, promoveu a abertura e o desenvolvimento, por quase um século, de uma tendência que denuncia, através de mecanismos narrativos diversos, a falha pretensão do viajante em querer se aproximar da elaboração de um retrato de máxima fidelidade ao real.

No geral, como veremos na parte seguinte do artigo, a exemplo da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, há a necessidade de se reconhecer um tipo de relato reconfigurado pelos sentidos, registro que provoca a desconstrução da linguagem informativa eufórica que preenchia a matéria dos primeiros relatos ultramarinos. São relatos agonizados de tantas descrições que comandavam o ritmo das realidades oníricas, que nada mais eram do que realidades longinquamente percebidas.

2 Fernão Mentos? Minto!

As peripécias pelas quais passou esse viajante português têm pouco de grandiloquente e de guerreiro ou santo exemplar. Os medos, as riquezas súbitas, a astúcia, a miséria, a desgraça, a audácia, a inteligência, a solidariedade e, acima de tudo, um fim de vida suficientemente tranquilo que lhe permitiu olhar para trás sem remorsos e nem arrependimentos. Com todas essas características, Fernão Mendes Pinto representa a contraépica que conta as aventuras do homem do povo, sujeito a várias pressões e procedimentos durante uma vida que o envergonhou.

Não foi à toa que o seu livro foi menos aceito em Portugal do que no restante da

² “[...] é possível distinguir vários gêneros com a sua evolução específica. [...] Chegamos assim a distinguir, para o período que se estende de meados do século XV aos primeiros anos do século XVI – com o simplismo inerente a toda esquematização –, quatro ou mesmo cinco gêneros suficientemente definidos, a saber: crônicas, descrições de terras, diários de bordo, roteiros e guias náuticos” (CARVALHO, 1980, p. 18-19).

Europa, num trajeto contrário ao d'*Os Lusíadas*, de Camões, apreciadíssimo em Portugal desde a sua primeira publicação em 1572. Vivendo entre 1510 e 1583, é relevante notar paralelamente a isso que Mendes Pinto é contemporâneo tanto do auge da expansão portuguesa quanto de sua decadência. No livro de Mendes Pinto, prenúncios de um império em ruínas vão cada vez mais se tornando visíveis aos olhos do leitor, até chegarmos aos capítulos finais, quando fracassam as missões católicas no Japão, e os portos comerciais portugueses na China (Liampó, Chincéu e Lampacau) vão sendo perdidos por conta de intrigas pessoais e de ingerência por parte dos administradores do império.

Essa transformação comercial, política e social foi determinante para alterar o foco do seu relato de viagem, que da conquista é reposicionado para representar as fraquezas e os naufrágios do império ultramarino lusitano. Para termos uma melhor noção do valor do relato de Mendes Pinto basta lembrarmos que sua viagem se deu inicialmente em plena época de expansão dos jesuítas no Oriente, expansão essa registrada no seu livro, que hoje é nossa principal fonte sobre as viagens de São Francisco Xavier ao Japão.

Isso representa o início de uma recolha mais complexa e, por vezes, mais críticas de informações sobre as “novas” terras e gentes descobertas, visto que os padres necessitavam de ajuda para conhecer e entender a fundo os costumes e as tradições dos povos orientais para iniciar um opressor e eficiente projeto de conversão. Percorrendo, portanto, a margem das notícias cristocêntricas produzidas por essa poderosa ordem religiosa, a *Peregrinação*, ao denegrir a imagem do português e exaltar a dos chineses, é geralmente colocada como fundadora da antiepopéia portuguesa. Na obra de Mendes Pinto,

a imagem de “ladrões do mar” dos portugueses amplia-se de tal forma que eles “não mais podem passar-se por mercadores, nem conseguir estabelecer quaisquer relações normais de comércio com as populações locais” [...]. Por isso, a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto é um livro praticamente sem pares na história do Renascimento português. (NEPOMUCENO, 2013, p. 48)

Após o período em que era trancada a sete chaves, imediatamente ao momento da sua primeira edição, a *Peregrinação* se transforma num dos livros mais populares de toda a literatura portuguesa da época. Tanto que, “ao findar o século XVII, a *Peregrinação* já contabilizava seis edições em castelhano, quatro em inglês, quatro em alemão, duas em francês, duas em holandês e duas em português” (LIMA, 1998, p. 18-19).

A rápida popularidade e prestígio desfrutados por essa obra dentro e fora de Portugal têm efetiva razão de ser: trata-se de sua constituição textual apresentar uma espécie de livro-síntese, incorporando os principais modelos narrativos em voga no século XVI, como a

crônica, o relato de viagem, a novela de aventuras, para não falar nos textos da tradição medieval como a hagiografia. Embora a *Peregrinação* seja composta por uma diversidade de temas e enredos, é possível entrever na edificação do livro um plano que, se inicialmente beira a dimensão biográfica, alcança também uma pretensão filosófica e estética.

A avalanche de temas, nomes e lugares mencionados no livro, somada às confusões pessoais do narrador parece deixar a marca de uma narrativa descentrada, fragmentada, um misto de experiências pessoais e de historietas livrescas extraídas de manuais e tratados difundidos naquele período. São 226 capítulos que correspondem aos 21 anos de permanência de Fernão Mendes no Oriente. Durante esse longo tempo, o narrador foi escravo, soldado, mercador, pirata, embaixador, missionário, médico, ou em suas próprias palavras, conheceu “trabalhos, cativeiros, fomes, perigos e vaidades” (PINTO, 1614, p. 40).

A inquietação e a instabilidade, matéria de Fernão Mendes Pinto, são os eixos centrais da narrativa, “protótipo de certa identidade em que se revela a própria consciência portuguesa a se desdobrar em variedades de pensamento e comportamento, seja como pirata, seja como embaixador, seja como missionário, prisioneiro ou mendigo.” (NEPOMUCENO, 2013, p. 48). Em vez de destemido, pronto a enfrentar os considerados infiéis e de cercar-se de fama épica, “Mendes Pinto se depara com seu medo e covardia” (LIMA, 2003, p. 82), traços tomados como negativos e que sobram nas páginas de seu relato.

Fernão Mendes narra o que teria sucedido entre 1569 e 1578, sendo essa a última data referida na sua *Peregrinação*. Ele teria deixado seu livro pronto desde 1580, contudo, por algum motivo que não sabemos, ele não conseguiu publicar seu volumoso manuscrito, o qual dizia ser apenas um “ABC” da vida para suas filhas. Quando o escritor faleceu em 1583, o original, hoje desaparecido, ficou aos cuidados de suas filhas, que entregaram o volume à Casa Pia das Penitentes de Lisboa, “uma instituição de caridade criada por D. João III para amparar mulheres de rua e pela qual Mendes Pinto mantinha ‘particular devoção’, como se lê na dedicatória da primeira edição” (LIMA, 1998, p. 17).

Depois disso, o texto não será mais mencionado por muitos anos. Como se explicaria tamanha demora? Mais de trinta anos ocorreriam estranhamente do final da redação do manuscrito à sua primeira publicação. Muito se especula sobre o que teria ocorrido nesse intervalo e são diversas as hipóteses levantadas. Comenta-se entre alguns tradutores da obra, por exemplo, que os jesuítas estiveram com o texto durante tal período. Desse modo, é possível pensar esse momento como uma primeira fase de modificação do texto em potencial, o que possivelmente também provocou suas primeiras marcas de recepção.

O padre João de Lucena (1549-1600) é um personagem importante para a investigação

desse ponto, pois ele foi o autor de uma das primeiras histórias sobre o jesuíta Francisco Xavier, companheiro de Mendes Pinto em sua viagem ao Japão. Diante disso, comenta-se entre alguns editores do texto que Lucena pode ter utilizado ou até mesmo recortado a *Peregrinação*, fonte principal para compor sua obra intitulada *História da Vida do padre Francisco Xavier do que Fizeram na Índia os Mais Religiosos da Companhia de Jesus*, de 1600. Sua *História* coincide em muitos pontos com os episódios missionários e fundacionais de Francisco Xavier no Japão, testemunhadas na *Peregrinação*.

Num breve confronto das fontes, é possível notar um significativo espaço dedicado à representação da voz de Francisco Xavier no texto de Lucena, característica essa quase totalmente apagada da obra de Pinto. Isso causa certa estranheza, visto que a narrativa de Fernão Mendes consiste num plurilinguismo que abarca desejos, ações e peripécias várias ao longo da viagem, sendo o recurso à teatralidade um processo bastante explícito no texto, um modo recorrente de representar/narrar adotado pelo narrador.

Com isso, tal contradição não revelaria uma possível marca de censura sobre as vozes do santo na *Peregrinação*? Teria o manuscrito sofrido a censura das vozes do santo que, longe de impor sua fé, denunciava como ele as falhas do projeto jesuítico do ultramar? Devemos ressaltar, no entanto, que essa questão estrutural não anula a ação dramática do texto. Antes do Padre Lucena, Francisco de Andrade (1540-1614) fora um dos muitos da corte que ainda tiveram acesso pleno ao texto no extenso período de tempo em que era esquecido, escondido ou espionado.

É de pleno acordo entre os diversos críticos que a *Peregrinação* possui um estilo que sobreviveu às possíveis interferências, contendo peculiaridades. Mendes Pinto sabia perfeitamente que as descrições físicas atingiam o mesmo sentido da *alegorese* medieval. A exclusividade da crença se chocava com a fidelidade factual já expandida desde os relatos de Duarte Barbosa e Tomé Pires. A desconstrução das analogias medievais, em alta nos primeiros relatos de viagem sobre o Oriente, parecia estar arraigando-se na sua obra, revelando-se em passagens irônicas como a do contato que ele próprio teria feito com a mãe de Preste João e não o próprio imperador que continuaria a viver misteriosamente.

Evidencia-se com isso um propósito autodepreciativo dos mitos erigidos pela nossa tradição orientalista, porque a mentira inventada pelos relatos, ainda que fosse verdade para muitos viajantes da época de Fernão Mendes, era, do ponto de vista da narrativa, absolutamente ociosa e essa condição também lhe dava um traço cômico. Por outro lado, além de romper com a alegoria, o narrador da *Peregrinação* parece não se conformar também com a descrição matematizada do real, com a estabilidade do posicionamento do viajante enquanto

testemunha ocular e calculador dos espaços.

Não obstante, seu relato ilustra uma espécie de ilusão estética decorrente dos limites dos sentidos empíricos, causando omissões e imaginações várias no tecido descritivo da viagem. Se muitas vezes ganham amplo espaço na obra, outras se apresentam problemáticas, intermediadas por um narrador que diz frequentemente que “não ha palavras cõ q na verdade fe poffa contar” (PINTO, 1614, p. 251).

O viajante se mostra perdido com a incongruência entre o que vê e o seu entendimento de mundo, entendimento esse que lhe proporciona apenas um leque limitado de palavras para descrever o que ele jamais vira ou vivera antes. São diversas as vezes em que o narrador manifesta seu receio diante da diversidade do que assegurava ter visto e de não ser crido. É o que lhe sucede ao velejar ao largo da ilha de Sumatra, onde

pelejou seis ou sete léguas adiante, vendo por entre o aruoredo do mato muito grande quantidade de cobras, e de bichos de tão admiráveis grandezas e feições, q é muito para se arreçar contá-lo, ao menos a gente q uiu pouco do mundo, porque esta como uiu pouco, também costuma a dar pouco crédito ao muito q outros uiram. (PINTO, 1614, p. 40)

O transtorno discursivo gerado por certo deslumbramento individual representa a posição do próprio narrador da obra, representado por um homem velho a contar, muitos anos depois, não apenas o que foi a sua viagem, mas aquilo que não se lembra ou como desejaria que ela tivesse sido: “[...] temo q os q quiferem medir o muyto q há pelas terras q elles não virão, co pouco q uem nas terras em q fe criarão, queirão por duuida, ou por ventura negar de todo o credito a aquellas coufas que fe não conformão co feu entendimento, & com a fuá pouca experiencia, [...]” (PINTO, 1614, p. 98).

Nesse trecho da *Peregrinação*, percebe-se a tensão gerada pela busca do relato em sua totalidade extensiva – uma busca enganosa, já que a visão, que lhe dá suporte no exercício da observação, não é dada de modo inteligível e evidente. São tensões e experiências que confundem seu olhar e sua forma de pensar que cada vez mais se afasta temporalmente da época da viagem: “[...] realmente affirmo q eu mefmo q vi tudo por meus olhos, fico muytas vezes confufo quando imagino [...]” (PINTO, 1614, p. 134).

Ao irromper com o sentido visual, base cognitiva do conhecimento prático de seu século, o narrador de Fernão Mendes adota a posição de alguém que está a recordar suas viagens passadas, extraindo dela uma narrativa mais delicada e complexa, cuja carga imaginária, ao nível de representação dos discursos em voga no seu tempo e dos acentos novos ou “estrangeiros” descobertos, harmoniza-se e dissocia-se em diversos aspectos, dando forma a imagens e a tons estilísticos a partir de um jogo multiforme que perpassa pelas

fronteiras dos discursos, das ações, dos diálogos, das imagens e das perspectivas mentais do século XVI português.

Esse desconcerto cognitivo nos ensina, acima de tudo, que as formas discursivas assim como a vida conhecem vários momentos de indecisão e que sua chave de entendimento está em não querer ser definidora das realidades experienciadas, mas o canto da sua incerteza. Entretanto, muito estudiosos insistiram em ler a *Peregrinação* como os muitos relatos da época, por estar cheia de informações sobre o Oriente, especialmente o Sião, a China e o Japão. Nessa obra os europeus encontraram umas das primeiras descrições desses mundos. Por isso, diante dessa tentadora fonte histórica, levantou-se naturalmente a questão de saber o que havia de verdadeiro ou de falso no relato de Fernão Mendes Pinto.

Observemos, contudo, que não foi isso o que perguntou o dramaturgo português Helder Costa, com o título de seu prestigiado drama *Fernão Mentos?*, escrito em 1981. Na sua perspectiva, o relato em questão não deve ser compreendido pelo binômio da verdade e mentira ou da história e ficção. Tentar compreendê-lo nessa chave seria reduzir sua manifestação a apenas uma ou duas instâncias narrativas. Infelizmente, “grande parte dos estudos sobre a *Peregrinação* conserva esse mesmo dispositivo de indagação. Cara ou coroa, história ou ficção” (LIMA, 2003, p. 97).

Depois dos estudos de Georges Le Gentil (*Fernão Mendes Pinto – um précurseur de l'exotisme au XVIe siècle*, 1947), a *Peregrinação* vem sendo cada vez mais compreendida como um modelo de historiografia romanceada, em que o autor transita entre o factual, o biográfico e o imaginado, portanto, algo muito diferente do que vinham produzindo os cronistas e a literatura de viagem até então. João David Pinto Correia, outro leitor atento da *Peregrinação*, aponta que a “autobiografia” de Mendes Pinto “tem dimensão tão real quanto fictícia, e que as experiências narradas pelo autor percorrem caminhos diversos que vão desde os fatos experimentados até os episódios evocados como se vividos pelo narrador, num constante trânsito entre o narrador homodiegético e autodiegético” (CORREIA, 1979, p. 68).

Essa escrita subjetiva, pela qual transita um eu pessoal, “nasce da impressão de multiplicidade e de incoerência deixada por aquilo que se oferece ao olhar de um espectador deslumbrado e inquieto”, consciente de seus limites, mas desinformado das novas realidades nas quais adentra (SEIXO, 1999, p. 146). Nessa perspectiva, além do estatuto da visão, Mendes Pinto deixa de ser apenas a testemunha ocular ou interposta do que se passava naquelas terras e mares distantes do Oriente, ele deixa de ser apenas mais um autor cujo relato contabiliza um real que pouco diz sobre a viagem e o viajante. Atingindo um plano mais catastrófico e subjetivo da viagem, Mendes Pinto obtém um relato de mundo muito mais

confuso e menos definidor: “Constitui-se assim um curioso humanismo, que, longe de exaltar o homem, de engrandecê-lo, parece ter-se ao contrário, pelo viés do riso, da paródia, da sátira ou da ironia votado à sua constante humilhação” (LIMA, 2003, p. 128).

Náufrago por excelência, Mendes Pinto excede no número de ladroagens, falcatruas e desavenças ao longo de sua jornada ao Oriente. Por exemplo, quando o narrador, no capítulo 17, tem de ouvir do rei dos Batas um desabafo por ter sido traído pelos portugueses: “Ah Portuguez, Portuguez, rogote que não faças de mim tão nécio” (PINTO, 1614, p. 15). Porém, parece justo, por outro lado, entender que Mendes Pinto não nos oferece aqui somente a própria imagem do português como mau embaixador, como o traiçoeiro de seus aliados políticos, sendo os próprios orientais expositores de pensamentos e valores dogmáticos que se ampliam para uma dimensão historicamente global.

Quando o narrador testemunha o discurso do menino chinês no capítulo 55, cujo pai fora saqueado na Ilha dos Ladrões, ou ainda o discurso do velho Hiticou, nos templos de Calemplui assaltados por António de Faria, viajante português famoso, o retrato do mercador português se esvai para evidenciar a imagem do lusitano saqueador de templos e embarcações nativas desprotegidas.

Fernão Mendes nos relata posteriormente que, como líder de várias embaixadas, omitiu traições como aquela contra o rei dos Batas, em que os portugueses tinham ido à sua ilha apenas com o objetivo de estudar a cidade e melhor planejar a invasão das naus. Ao chamar o chefe dos Batas de “o pobre Rey” que “creo muyto de verdade” (PINTO, 1614, p. 15), ele exalta sua simulação de homem cordial, dando ao relato marcas picarescas.

Por outro lado, essa base irônica de representação não significa que Mendes Pinto escrevera uma legítima “sátira social” do progresso e do imperialismo lusitano como querem alguns críticos. No cerne dessa polêmica, investigadores divergem substancialmente de Rebecca Catz e Antonio Jose Saraiva, a velha-guarda de leitores modernos da *Peregrinação*, que exaltaram uma gama de avaliações críticas que tornam o livro de Mendes Pinto uma sátira feroz da expansão portuguesa no Oriente:

[...] no desabrochar da era do imperialismo europeu, teve a grande coragem, o discernimento e a perspicácia de pôr em dúvida a moralidade das conquistas ultramarinas, as quais condena como atos de bárbara pirataria, em ofensa a Deus. É o que faz da *Peregrinação* um documento único e notável contribuição para a história das idéias ocidentais. (CATZ, 1981, p. 9)

Fato é que esse retrato da desonra portuguesa vem se juntar à sua *Peregrinação*. Porém, é preciso perceber que é excessiva a leitura que identifica na obra uma lucidez e concisão crítica contra a violência imperialista dos portugueses. Essa perspectiva que orienta

fundamentalmente a análise de Catz, no excerto acima, fornece-nos o exemplo de toda uma escola marxista que posiciona as *Lendas da Índia* (1534) de Gaspar Correia (1495-1561) e, sobretudo, o *Soldado Prático* (1556) de Diogo do Couto (1542-1616) como textos radicalmente críticos, denunciadores das atrocidades do imperialismo português.

No entanto, assim como Fernão Mendes Pinto, tais portugueses denunciavam apenas os maus portugueses, os ambiciosos que ultrapassavam a ética ultramarina defendida. Os oficiais separavam a honra do saque, aspecto valorativo muito recorrente na tradição da expansão portuguesa: “Não é que critiquem o saque, com o qual estavam todos de acordo; criticam-no quando ele é praticado fora do sistema de valores do Império Ultramarino Português. O saque é parte inseparável da honra, conquistada pela força da cruz e da espada” (LIMA, 1998, p. 26). Assim, vale ressaltar que toda vez que falarmos em ironia na *Peregrinação* não nos deparamos com uma subversão ideológica total das instituições da época, pois é a crítica à cobiça, à ganância, à mesquinha contra o próprio reino luso que na obra o narrador visa efetivar. De qualquer forma, prevalece na narrativa uma operação mista de crenças e valores pelos quais vai perpassando o narrador da *Peregrinação*.

Segura da sobrevivência dessa complexa estrutura, Maria Alzira Seixo reconhece no texto uma dimensão ontológica da deslocação propriamente dita, o que implica uma partida e uma chegada, eventualmente “um retorno às crenças natais, conduzindo simultaneamente a uma descoberta de mundos e de seres diferentes, a uma experiência de mudança e de transformação, a uma travessia de perigos e de encantamentos, correspondendo a uma inquietação e a uma ânsia de finitude” (SEIXO, 1999, p. 66-67).

Parece-nos esse o cerne da *Peregrinação*, uma “ânsia de finitudes”, visto que sua narrativa revela o desconhecido transformando tais revelações em pontos de vista confusos e delirantes perante as diferenças suscitadas pelas viagens ao Oriente. A narrativa de Fernão Mendes Pinto surge, assim, da impressão de multiplicidade e incompreensão suscitada pelo olhar do viajante, que se conscientiza aos poucos do seu limite de conhecimento e de experiência para se dar conta de um vasto mundo descoberto pelo homem há milênios.

3 Considerações finais

Com o relato de Fernão Mendes Pinto nos sensibilizamos para o fato que além de paternal, amoroso, violento, religioso e saqueador, o viajante português era, além de tudo, um observador solitário, rodeado e agonizado por símbolos a descobrir. Num movimento duplo de deslumbramento e autorrevelação, são os símbolos e não as coordenadas geográficas que

fornecem as informações mais preciosas sobre o Oriente, um Oriente visto sob um atormentado estado de espírito e de racionalidade.

Por fim, concluímos que não devemos levar em conta somente a crítica que Mendes Pinto faz aos maus portugueses de sua gesta, pois dos capítulos 144 a 199 da *Peregrinação*, podemos perceber que Mendes Pinto quase deixa de lado a saga portuguesa do Oriente para se dedicar a um longo e criterioso estudo sobre a conduta do homem oriental. Isso aponta inicialmente para o fato de que o narrador discorre não somente sobre os imperialismos portugueses, mas da tirania geral do seu mundo.

Parte das condutas tirânicas e expansionistas de reinos orientais é exposta no momento final da obra. Por exemplo, quando comenta a atitude insensível do rei Brama diante das súplicas da rainha de Prom, em que o narrador define que os pobres do reino receavam por esses “inimigos crueys & desumanos”. Aliás, o próprio rei conquistador é definido como “o tyranno Bramaa”, alcunha que caberá também ao “tyranno Xemin de Catao” (os termos aparecem respectivamente no capítulo 154, pp. 514 e 515, e no capítulo 191, pp. 657 do *fac-símile* da *Peregrinação*).

A ação expansionista do rei tártaro será seguida por uma avalanche de histórias de outras conquistas e de outras guerras de expansão e defesa. A partir dessa ampliação crítica, Fernão Mendes nos revela

um mundo ao revés e definidor de uma condição histórica de insegurança e instabilidade no mundo do poder. [...]. Fernão Mendes Pinto deixa entrever aqui quase um opúsculo de natureza política, elaborando um exame e uma observação aguda sobre o comportamento ético de reis, príncipes, embaixadores e estadistas que participam das ações políticas em jogo. [...]. Nessa distinção entre os tiranos e os pacifistas, Mendes Pinto enxerga nos batos e nos aarus (logo no começo do livro) as vítimas de um modelo político expansionista, seja pela ação violenta dos achens, seja pela reação indiferente e traidora dos portugueses. (NEPOMUCENO, 2013, p. 53).

A julgar pelo cenário de violência e atrocidades da pirataria nos mares do Índico em meados do XVI, o que temos não é um narrador ingênuo, mas um retratista impassível de um panorama de guerra pelo qual é arrastado: “torna-se ele mesmo um personagem a mais nessa teia de articulações” (NEPOMUCENO, 2013, p. 57). Nesse cenário bélico, as ambições e as verdades teológicas se pulverizam e se relativizam, e cada um atribui a si uma fé particular, um pertencimento pessoal à verdade revelada, e ao outro, a ignorância, a barbárie e o desconhecimento de sua verdade, que é e sempre foi a falsa promessa de um falso Deus: “Porque hua das cegueyras que eftes miferauei tem, he terem pêra fi, que de cada coufa por fy há hum Deos paticular que a fez, & lhe cõserva feu fer natural [...]” (PINTO, 1614, p. 108).

A religião, portanto, incluindo a sua herança cultural, política e messiânica, tornou-se e

pode ainda tornar-se um verdadeiro instrumento e uma razão motivacional de guerra, em defesa não apenas de um Deus individualista, como também de sua legitimidade material e do pacto social mortal e imoral que ela implica. Nesse sentido, a *Peregrinação* é um libelo contra a tirania e a expansão obsessiva dos reinos passados e dos privados presentes nos países da nossa atual desordem mundial. Os 400 anos de sua trajetória nos círculos editoriais, comemorados em 2014, mostram que se trata de um livro que sobreviveu ao tempo e que ainda tem muito a dizer às vilanias de nossa expansão comercial e interplanetária.

Referências

CARVALHO, Joaquim Barradas de. *O renascimento português: em busca de sua especificidade*. Lisboa: INCM, 1980.

CATZ, Rebecca. *Fernão Mendes Pinto: sátira e anti-cruzada na “Peregrinação”*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981.

CLÁUDIO, Mário. *Peregrinação de Barnabé das Índias*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

CORREIA, João David Pinto. *Autobiografia e aventura na literatura de viagens: a “Peregrinação” de Fernão Mendes Pinto*. Lisboa: Seara Nova, 1979.

LIMA, Francisco Ferreira de. *O outro livro das maravilhas: a peregrinação de Fernão Mendes Pinto*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1998.

LIMA, Luiz Costa. Mendes Pinto; um extraviado da órbita do Estado. In: _____. *O redemoinho do horror: as margens do ocidente*. São Paulo: Editora Planeta, 2003. p. 81-136.

LOUREIRO, Rui. O encontro de Portugal com a Ásia no século XVI. In: ALBUQUERQUE, Luís de (Org.). *O confronto do olhar: o encontro dos povos na época das navegações portuguesas*. Lisboa: Editorial Caminho, 1991. p. 155-214.

LUCENA, João de. *História da vida do padre Francisco Xavier e do que fizeram na Índia os mais religiosos da Companhia de Jesus (Fac-símile)*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1600, 2 vols. Versão digitalizada disponível em <<http://purl.pt>>.

NEPOMUCENO, Luís André. “Barbas compridas, & corpos de ferro”: Fernão Mendes Pinto e o império português no Oriente. *Revista Alpha*. Centro Universitário de Patos de Minas, n. 14, nov. 2013, p. 46-62.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra à vista – discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

PINTO, Fernão Mendes. *Peregrinação (Fac-símile)*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1614.

Microfilmado pela Biblioteca Nacional de Lisboa. Versão digitalizada disponível em <<http://purl.pt>>.

SEIXO, Maria Alzira (Org.). *O discurso literário da peregrinação*. Lisboa: Edição Cosmos, 1999.